

**Brasil IP Iluminação Pública S.A.**

CNPJ nº 26.329.610/0001-27

**Mensagem da Administração**

Senhores acionistas - De acordo com os preceitos legais e estatutários, apresentamos a V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais Demonstrações contábeis,

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.754	36.062
Adiantamento a fornecedores		289	-
Impostos a recuperar	4	1.458	2.379
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>36.501</b>	<b>38.441</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>36.501</b>	<b>38.441</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Obrigações tributárias		20	5
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>20</b>	<b>5</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>20</b>	<b>5</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	5	100.000	100.000
Prejuízos acumulados		(63.519)	(61.564)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>36.481</b>	<b>38.436</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>36.501</b>	<b>38.441</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2021**

**1. Contexto operacional:** 1.1. **Mensagem da administração:** A Brasil IP Iluminação Pública S.A. ("Companhia") é uma holding destinada a projetos de iluminação de longo prazo, buscando novas oportunidades no Setor de Iluminação Pública junto às Municipalidades das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Pavada pelos mais rígidos padrões éticos e pela disciplina de capital, a Companhia espera incorporar valor ao seu portfólio atual. 1.2. **Perfil Corporativo:** A Companhia é uma holding de investimentos e participações, focada no Setor de Iluminação Pública, situada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 750 - Conj. 101 - Bairro Itaim Bibi - São Paulo - SP, com início de suas operações em outubro de 2016. 1.3. **Covid-19:** Em meados de março de 2020, iniciou-se as suas restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Companhia apresentou significativas mudanças. A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), cancelando eventos internos e viagens, adotando meios eletrônicos de comunicação, dentre outras iniciativas. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e o impacto no desempenho operacional fosse reduzido. Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da COVID-19 em suas operações.

**2. Políticas contábeis:** 2.1.1. **Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 12 de abril de 2022. 2.1.2. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.1.3. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. 2.1.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 2.2. **Principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas adiante, e vem sendo aplicadas de modo consistente desde a sua entrada em operações, salvo disposição em contrário. **a) Ajustamento do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação. **c) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-financeiros serão gerados em favor da Companhia e seu custo, ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, quando provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações

periféricas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, para apreciação da Assembleia Geral. Colocamo-nos a disposição dos senhores acionistas para quaisquer

	Notas	31/12/2021	31/12/2020	
Despesas gerais e administrativas	6	(3.082)	(8.947)	
Despesas tributárias		(241)	(210)	
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(3.323)</b>	<b>(9.157)</b>	
Receitas financeiras		1.368	868	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	7	<b>1.368</b>	<b>868</b>	
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(1.955)</b>	<b>(8.289)</b>	
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020</b> (Valores expressos em reais)				
	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		100.000	(63.275)	46.725
Resultado do exercício	5.b	-	(8.289)	(8.289)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5 100.000	(61.564)	38.436
Resultado do exercício	5.b	-	(1.955)	(1.955)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5 100.000	(63.519)	36.481

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma) monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **d) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares aplicadas sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre o lucro é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo que o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: i) Imposto de renda pessoa jurídica: a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil; ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: a alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa de imposto de renda e contribuição social-correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração da Companhia avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constituiu provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **e) Demonstração do fluxo de caixa:** A Administração da Companhia apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual, o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais, passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. **2.3. Novas normas e interpretações de normas avaliadas e implementadas nas demonstrações contábeis:** Em 2021, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações foram:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Alterações no CPC 26(R1) e CPC 23: Definição de material	Fornece uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de transações, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.	Essas alterações não têm impacto significativo nas demonstrações contábeis.
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1), CPC 48 e (CPC 06(R2)): Reforma da Taxa de Juros de Referência	Fornece isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma cativo nas demonstrações de proteção é diretamente afetada se a taxa de juros suscita incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.	Essas alterações não têm impacto significativo nas demonstrações contábeis.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações prevêm concessão aos arrendatários. Essas alterações não têm impacto significativo sobre a modificação do contrato de arrendamento, cativo nas demonstrações contábeis, consequência direta da pandemia Covid-19.	Essas alterações não têm impacto significativo nas demonstrações contábeis.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia em vi-

esclarecimentos.

São Paulo, 12 de abril de 2022.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(1.955)	(8.289)
Redução(aumento) dos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	921	(25)
Adiantamento a fornecedor	(289)	-
Aumento/(redução) dos passivos operacionais		
Obrigações tributárias	15	(5)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.308)	(8.319)
Redução líquida de caixa e equivalentes	(1.308)	(8.319)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	36.062	44.381
No final do exercício	34.754	36.062
Aumento líquido de caixa e equivalentes	(1.308)	(8.319)

tude de alterações decorrentes de IFRSs/CPCs novas e revisadas não adotadas antecipadamente pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas a: i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade; ii) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; iii) CPC 27 - Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido; iv) CPC 15(R1) - Referência à Estrutura Contábil.

**3. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	3.481	5.265
Aplicações financeiras	31.273	30.797
<b>Total</b>	<b>34.754</b>	<b>36.062</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas por taxas variáveis de aproximadamente 98% do CDI, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

**4. Impostos a recuperar**

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	1.428	2.350
CSLL	30	29
<b>Total</b>	<b>1.458</b>	<b>2.379</b>

A Companhia, com base em análises e projeções orçamentárias, não prevê riscos de não realização dos créditos tributários no decorrer de suas operações.

**5. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social subscrito foi totalmente integralizado no exercício de 2021, totalizando R\$ 100.000, representado por 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b) Distribuição de dividendos:** A distribuição de lucros obedecerá as destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações: • 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social; • 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios. No ano de 2021, a Companhia não realizou distribuição de dividendos devido ao prejuízo apurado no exercício.

**6. Despesas gerais e administrativas**

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	(2.253)	(7.409)
Outras despesas	(828)	(1.538)
<b>Total</b>	<b>(3.082)</b>	<b>(8.947)</b>

**7. Resultado financeiro líquido**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação financeira	1.286	809
Juros ativos	82	53
<b>Total</b>	<b>1.368</b>	<b>868</b>

**Resultado financeiro líquido**

**8. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. **Aplicações financeiras:** De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **b) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pela Diretoria. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio. **1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras, são corrigidas pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **b) Risco de crédito:** A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

**Bruno Costa Carvalho de Sena** - Diretor-Presidente

**Alicia Maria Gross Figueiró** - Diretora Administrativo-Financeiro

**Miguel Luiz Morad Noronha** - Diretor de Investimentos

**Contador: Farley Vasconcelos Botelho** - CRC/MG-084.315/0-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>